

# Sarney diz que estão querendo pôr fogo no país

BRASÍLIA — “Estão querendo tocar fogo no nosso Brasil”, afirmou o presidente José Sarney no seu programa semanal *Conversa ao pé do rádio*. Sarney atacou novamente os partidos políticos e as denúncias de corrupção em seu governo, e voltou a referir-se à questão da duração do seu mandato. “Vou passar pelo poder sem saber o que é o poder”, lamentou-se.

Para Sarney, “muitos, como fariseus, falam agora em corrupção”, mas “no Brasil as campanhas contra a corrupção não são campanhas em defesa de um comportamento ético e de uma moral inatacável. São muitas vezes biombos para esconder campanhas políticas com vistas ao poder. E não é possível que este país fique entregue a coisas desse tipo e se vilipendiam os homens públicos com tamanha irresponsabilidade”.

Segundo o presidente, “muitas vezes os ataques vêm de usufrutuários de uma sociedade explorada e empobrecida, de alguns políticos sedentos de poder, frustrados, dos exploradores do povo e dos aliados aos interesses os mais escusos possíveis”.

No mais curto dos programas das últimas semanas, o presidente atribuiu as dificuldades econômicas do país aos problemas políticos, e afirmou: “A divisão dos partidos, as facções, a falta de programas, a insegurança de posições, as ambições incontroladas, tudo faz disso um ambiente de séria conturbação”.

Ainda referindo-se aos problemas políticos, disse: “As ambições desencadeadas manipulam o povo, exploram, e fazem massa de manobra”. O presidente acha que a situação de descontrolo na política propicia a formação “de um caldo de cultura onde medram, principalmente, os agitadores, os pregoeiros de desgraças, os usurpadores”.

Sarney garantiu que não luta “por um mandato”, mas sim pela “transição democrática”, e usou palavras do ex-presidente Tancredo Neves para pedir a união do povo: “Nós, que assumimos a posição de defender a transição, de fazê-la, de construir as mudanças não podemos ficar intimidados diante de velhos interesses que souberam nos dividir e nos separar. Não vamos nos dispersar”.

## Uma resposta a quem ‘conspira’

Vanda Célia

Torturado pelos movimentos de campanha presidencial do deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney se julga vítima de uma “conspiração”, que segundo interpreta é comandada pelo próprio presidente do PMDB e da Constituinte.

Sem condições de mudar a economia para vergar o PMDB, o presidente agora pretende lançar uma ação direta para atingir Ulysses Guimarães. Segundo um interlocutor de sua confiança, Sarney está sendo aconselhado a demitir todos os aliados de Ulysses que ocupam postos na administração pública. “O Ulysses não vai usar a máquina do governo e o dinheiro público em seu projeto pessoal” — afirmou Sarney ontem no Palácio da Alvorada, segundo reprodução de um interlocutor.

A mesma fonte indica que Sarney poderá endurecer a qualquer momento para conter o desembaraço com que Ulysses trama a votação do mandato de quatro anos e sua própria escalada rumo ao Palácio do Planalto. Na conversa com o interlocutor, o presidente chegou a comentar que Ulysses teria enviado ao Nordeste seu ministro da Previdência, Renato Archer, para acertar passos da campanha sucessória com os governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Waldir Pires (Bahia). “Meu problema não é mais mandato, mas reagir a esta conspiração”, afirmou o presidente para seu amigo de confiança.

Foi basicamente para dar esse alerta a Ulysses que Sarney redigiu na quinta-feira o texto que leu ontem no programa *Conversa ao pé do rádio*.



Antônio Carlos: “Não há risco para a transição”

## A. Carlos critica Ulysses

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse após encontro com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, que “o deputado Ulysses Guimarães está conduzindo a Constituinte para ele e não para o país”. O ministro também disse que há uma campanha orquestrada contra o governo, mas afirmou que não existe nenhum risco para a transição. Antônio Carlos Magalhães acrescentou que o governo não vai se deixar envolver no jogo dos adversários e culpou o PMDB, o partido majoritário no Congresso, pela maioria dos erros do governo.

Antônio Carlos, que na semana passada defendeu a tese de que a Constituinte deve começar seus trabalhos do zero, a partir de um projeto elaborado por um grupo restrito de especialistas, afirmou que “o Brasil precisa de uma Constituinte que seja até mesmo de consenso, mas que represente a vontade do seu povo”.

Ele reclamou do ritmo de trabalho da Constituinte: “Uma Constituição, votada às pressas, com convocação aos sábados e domingos, sem ter tido quorum nas sessões de quinta-feira e sexta-feira, é uma demonstração de que não se quer fazer um trabalho perfeito”.

**Sem perigo** — O ministro negou que o governo esteja atacando a Assembleia. “O governo está achando errado que somente autoridades judiciárias possam prender o ladrão, o criminoso comum, como foi aprovado há uma semana”, disse. Antônio Carlos se queixou do fato de ninguém ter reclamado quando esse dispositivo foi aprovado pelos constituintes e disse que “o próprio Ulysses

admitiu que vai ter que revê-lo, na votação em segundo turno”.

Para o ministro das Comunicações, “a forma como estão agindo alguns grupos, dentro e fora da Constituinte, demonstra a existência de uma campanha orquestrada que procura desestabilizar o governo”. Mas ele acredita que não há perigo de crise, nem de desestabilização do governo. “O governo não tem que reagir, apenas não vai se deixar envolver no jogo dos adversários do país — não são nem do governo — são do país”, disse o ministro.

O ministro também endossou as críticas do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao deputado Ulysses Guimarães, que chamou de “três patetas” os integrantes da Junta Militar que promulgou a emenda constitucional de 1969.

**O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, censurou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, por ter chamado de patetas os três ministros da Junta Militar que outorgou a Constituição de 1969. Em boletim de 42 linhas, dirigido à tropa mas divulgado para o público, o ministro disse que o marechal Márcio de Souza e Mello — ex-ministro da Aeronáutica por duas vezes — “foi alvo de palavras de desdouro, que jamais poderão macular a dignidade de tão notável brasileiro”. O ministro se refere apenas ao brigadeiro, omitindo-se em relação aos ex-ministros Aurélio de Lyra Tavares, do Exército, e Augusto Rademaker, da Marinha.**

ção se complicara com o atrito entre o presidente do PMDB, Câmara e Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e os militares, com o desentendimento entre o governador Fernando Collor de Mello e o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e com a divulgação da existência de um dossiê do governo contra constituintes.

**Acuado** — O presidente, revela um de seus assessores, se sente acuado pelas constantes denúncias de corrupção em seu governo e pelo crescimento na Constituinte da pressão em favor da fixação do seu mandato em quatro anos. De acordo com os mesmos amigos e auxiliares do presidente, Sarney está convencido de que as denúncias fazem parte de um plano articulado por minorias para tentar desmoralizá-lo e tornar insustentável sua permanência no Palácio do Planalto, facilitando a aprovação dos quatro anos.

Ele acha, ainda de acordo com a mesma fonte, que por trás das denúncias existe, como disse no programa de ontem, “uma luta pelo poder”. Está convencido também de que a Constituinte não entendeu sua atitude de anunciar que queria ver seu mandato fixado em cinco anos — gesto que, na intimidade, ele próprio classifica como de “grandeza”, mas que foi entendido, em sua análise, como “intromissão indevida”.

Garante o assessor que Sarney está decidido a aceitar passivamente qualquer que seja a definição da Constituinte para o seu mandato e que até discorda de alguns dos seus auxiliares que têm lutado nos bastidores para atrasar tanto quanto possível a promulgação da nova Constituição, a fim de inviabilizar as eleições deste ano. Numa conversa com Ulysses Guimarães na última quinta-feira, por exemplo, informa seu asse-

sor, Sarney disse achar que a data de 21 de abril é ideal para o encerramento dos trabalhos constitucionais, o que serviria para demonstrar seu pouco interesse no atraso da Constituinte.

**Nova tática** — Outra pessoa ligada a Sarney garante, porém, que o presidente continua disposto a lutar pelo mandato de cinco anos, só que sem usar a tática fisiológica de que até já lançou mão, abertamente, tempos atrás. Afinal, ele próprio assinou um decreto proibindo toda e qualquer contratação no serviço público federal até o final da Constituinte, sob pena de serem punidos os infratores.

Sua tática atual, informa o assessor, é utilizar o argumento de que a crise econômica do país só irá agravar-se ainda mais caso haja eleições este ano. “Até o final da Constituinte a economia do país estará praticamente parada e se depois do seu término vierem as eleições, aí é que nada funciona mesmo”, raciocina o assessor, repetindo um argumento que o próprio Sarney tem usado com pessoas de sua proximidade.

O vazamento de dossiês contra opositores do governo é uma arma usada por alguns fiéis acompanhantes das ideias do presidente com o intuito de inibir uma ofensiva maior dos adversários, como reconhece um colaborador presidencial. Contudo, jura que Sarney nem sempre fica sabendo ou dá sinal verde para esse tipo de atitude. Quando ele vai para o rádio e usa uma linguagem forte para atacar os opositores, diz o mesmo auxiliar, aí sim está agindo premeditadamente para dar o recado de que não está disposto a ficar calado diante do que classifica como injustiças. Mas, mais do que isso, garante seus assessores, nesses momentos ele está agindo sob o comando do seu aguçado lado emocional para desabafar. Nem que seja pelo rádio.

## Sarney adota discurso do golpe militar

O presidente José Sarney tem-se empenhado em assustar seus interlocutores mais recentes com o fantasma de um golpe militar a ser deflagrado caso a Constituinte reduza, de fato, seu mandato para quatro anos. “O país não tem condições de suportar, nas atuais circunstâncias, a realização de uma eleição presidencial em novembro próximo”, argumenta Sarney.

O raciocínio do presidente é bastante elaborado e não se limita a ligar a hipótese do golpe com a decisão da Constituinte pelos quatro anos. Sarney expõe, inicialmente, sua convicção de que a sorte do seu mandato ainda não está definida. Reconhece, quando nada para não agredir a realidade, que cresceu a tendência favorável aos quatro anos.

Atribui o crescimento a uma série de razões — ao episódio da demissão do ministro Aníbal Teixeira, suspeito de ter coberto casos de corrupção, à desastrosa confissão fisiológica do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) de que “é dando que se recebe” e ao enfraquecimento na Constituinte do chamado *Centrao*.

Não despreza os efeitos do esforço realizado, dentro e fora da Constituinte, pelos partidários dos quatro anos. Admite que a tese ganhou impulso com o recuo dos governadores que até outubro defendiam o mandato de cinco anos e com a recente disposição demonstrada pelo deputado Ulysses Guimarães de começar a assumir sua candidatura a presidente.

Nem por isso Sarney considera consolidada a vitória dos quatro anos — é isso que

tem dito para quem lhe interessa dizer, embora, na intimidade dos seus amigos e conselheiros, confesse que será muito difícil que ainda vingue o mandato de cinco anos. Definido, contudo, o mandato de quatro anos, Sarney diz ver despedido o caminho que desembocaria no golpe.

Ninguém toma de Ulysses Guimarães a indicação como candidato do PMDB, avalia o presidente. Como Ulysses tem-se comportado com equilíbrio e moderação na condução do seu partido e no comando da Constituinte, a esquerda do PMDB o abandonaria para reforçar as chances de eleição do ex-governador Leonel Brizola.

Sarney diz considerar líquida e certa a vitória de Brizola sobre Ulysses — não só pelo apoio que a esquerda do PMDB daria ao candidato do PDT como também, e principalmente, pelo desgaste que sofreria Ulysses ao longo da campanha eleitoral, identificado com um governo às voltas com os problemas produzidos pela crise econômica.

O aprofundamento da crise, que só a longo prazo poderá ser debelada, ajudará, segundo Sarney, a desestabilizar de vez a candidatura de Ulysses. “A eleição de Brizola será o pior que poderá acontecer par o país”, decreta o presidente. Como Brizola não teria condições de representar uma alternativa de estabilidade para o Brasil, decorrerá disso a intervenção militar.

— A crise institucional, no rastro da eleição de Brizola, será inevitável — prevê o presidente.

Ele descarta a possibilidade de uma divisão nas Forças Armadas que as impeça, hoje ou no futuro, de atuar unidas em qualquer diereção. “Os militares estão ganhando bons salários”, constata Sarney, “até melhores que os recebidos por civis em posições de destaque”. Em suas conversas, o presidente só não diz se o golpe implicará ou não em sua queda do poder.

O discurso do golpe militar, ultimamente, adotado por Sarney dá a medida do seu desespero em face da inevitável derrota do mandato de cinco anos e do progressivo isolamento político do seu governo.

## Para constranger

O deputado Ulysses Guimarães admite que por trás de sua decisão de fazer a Constituinte funcionar nos fins de semana existe a clara intenção de constranger senadores e deputados que são pouco frequentes a Brasília. “Os constituintes que preferirem ficar em seus estados vão começar a ser pressionados por seus correligionários, que estranharão, ali, a sua presença”, calcula Ulysses. De resto, a ausência de sessões da assembleia aos sábados e domingos acabava, na prática, inviabilizando as sessões das sextas e das segundas-feira. Ulysses quer corrigir isso.

## Aprovação distante

Sentado em uma das poltronas do plenário da Câmara, ocupado em compilar números e informações, o senador José Richa (PMDB-PR) concluiu, antontem, o mais recente levantamento sobre as chances de aprovação do parlamentarismo. Certos, seguros, o parlamentarismo contaria hoje com o voto de 225 constituintes — 55 a menos do total de 280 necessário para sua definitiva aprovação. Richa tem esperança de obter o que falta até meados de março, quando o plenário da assembleia deverá votar a questão. Por enquanto, não está fácil.

## Bancada em mutação

Continua o processo de mutação da bancada paulista na Constituinte em relação à extensão do mandato do presidente José Sarney. No final do ano passado, o mandato de cinco anos ganhava do mandato de quatro pela diferença de um voto em um total de 28 deputados e três senadores. O último levantamento mostra que 20 constituintes paulistas são hoje favoráveis aos quatro anos, 10 aos cinco e um, o deputado Paulo Zarzur permanece indeciso. Zarzur assinou a emenda que em janeiro pretendia conceder os cinco anos tão desejados pelo presidente.

## Biombo confortável

O presidente Sarney aposta, deseja e quer que o processo constituinte siga o mais devagar possível por uma série de razões. A primeira é que a lentidão dos trabalhos poderia inviabilizar a realização da eleição presidencial em novembro próximo. A segunda razão, e a mais importante delas, é que a Constituinte serve de biombo confortável para tornar menos flagrante a ineficiência do governo. Enquanto ela funciona, Sarney poderá culpá-la pela paralisação do governo e desancar suas decisões para ocultar da sociedade a verdadeira extensão da crise econômica.

Ricardo Noblat

## Quércia garante que sempre foi a favor de quatro anos

SÃO PAULO — Dois dias após se encontrar com o deputado Ulysses Guimarães no Palácio Bandeirantes, o governador Orestes Quércia admitiu publicamente pela primeira vez que não é favorável aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e garantiu que há muito tempo sua posição é pela manutenção do presidencialismo e mandato de quatro anos com direito a reeleição.

Quércia acrescentou, porém, que, quando defende os quatro anos, isso não tem qualquer relação com o presidente Sarney, cujo mandato “é uma decisão exclusiva da Constituinte”, como o PMDB decidiu em convenção. “Se brigamos para que a Constituinte fosse convocada”, disse, “agora devemos respeitar sua soberania, inclusive em relação à decisão que ela tomar a esse respeito”.

O governador deixou claro sua posição

sobre o mandato presidencial quando afirmou que apesar de ser partidário do mandato de quatro anos não sofre nenhuma retaliação do Palácio do Planalto. Ele disse não acreditar que o governador de Alagoas, Fernando Collor, esteja sendo vítima de sanções por parte do governo.

— O presidente da República, a quem respeito muito, é meu amigo e tem a maior consideração por São Paulo — acrescentou. Quércia disse ainda que, mesmo que estivesse participando do processo de decisão a respeito do mandato, não acredita que ficasse sujeito a represálias por parte do governo federal. Não é essa, porém, a opinião que vem manifestando na intimidade. Em conversas reservadas com assessores, admite que não se engaja claramente pelos quatro anos por temer sanções do Planalto.

## Collor rebate acusações de dossiê feito pelo SNI

O governador de Alagoas, Collor de Mello, respondeu a várias das acusações do dossiê do SNI que investiga sua vida política em Alagoas e o compara ao mafioso Al Capone e ao nazista Joseph Goebbels. O conteúdo das três pastas que compõem o relatório do Serviço Nacional de Informações foi divulgado pelo *JORNAL DO BRASIL* na edição de quarta-feira, com acusações sobre irregularidades administrativas durante as gestões de Collor na prefeitura de Maceió e como governador, a partir de 1987.

O relatório, quase todo baseado em jornais de Alagoas cujos proprietários são adversários do atual governador, afirma nas conclu-

sões que ele anda “sempre a bordo de um Lear-jet modelo Falcon, rodeado de um grupo entre 15 e 20 cúmplices, assessores, guardacostas e belas mulheres”.

Collor, que diz viajar em aviões de carreira com apenas um ou dois assessores, dá uma sonora gargalhada ao ouvir estas acusações. Ele examinou uma a uma as alegações do relatório e rebateu todas. Em relação, por exemplo, ao número de vigens ao exterior, o governador disse que foram duas, e não cinco, e que não levou em sua comitiva 20 pessoas, mas cinco assessores numa e apenas um na outra.

## ‘Desabafo’ é arma contra adversários

Dodora Guedes

“Desabafo ao pé do rádio”. É esta a expressão utilizada hoje por alguns dos mais íntimos assessores do presidente José Sarney para definir sua nova performance nas manhãs das últimas sextas-feiras, ao ocupar o espaço cativo que tem nas emissoras de rádio de todo o país para apresentar seu programa *Conversa ao pé do rádio* e bater forte nos opositores, acenando com o fantasma da desestabilização política.

Mais do que ameaçar os adversários com os fuzis e Urutus, garantem seus colaboradores, o presidente está usando uma linguagem forte, por vezes até alarmista — admitem —, com o intuito de “desabafar” e ao mesmo tempo alertar os opositores de que não está disposto a ficar passivo diante da crise. Ele não pode e não quer ficar apenas como bode expiatório, comentou um de seus melhores amigos logo depois da divulgação do texto do *Conversa ao pé do rádio* de ontem, em que Sarney diz que há gente querendo pôr fogo no Brasil.

Outro de seus amigos lembra que os dois últimos programas foram feitos em meio a situações “complicadas” até emocionalmente: na semana passada, dois dias antes do programa, o presidente virou o nome de sua mulher, dona Marly, envolvido em denúncias de corrupção, enquanto esta semana a situa-

FLÁVIO RANGEL  
AFFONSO ROMANO  
DE SANT'ANNA.

PROSA & VERSO  
JORNAL DO BRASIL